

URBANIZAÇÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS: QUALIDADE DE VIDA E ASPECTOS DA VIOLÊNCIA, O CASO DE MARÍLIA*

Edemir de Carvalho**

RESUMEN

URBANIZACIÓN DE LAS CIUDADES BRASILEIRAS: CALIDAD DE VIDA Y ASPECTOS DE VIOLENCIA, EL CASO DE MARILIA.

El presente artículo da a conocer los aspectos relacionados con la calidad de vida en ciudades con alta densidad de población, principalmente en lo concerniente a las favelas que se congregan en este tipo de ciudades, tomando como ejemplo, el caso de Marilia, Brasil, una ciudad del Estado de Sao Paulo. Además, se tiene previsto llevar a cabo un proyecto piloto que congregue a profesionales de distintas disciplinas comprometidos con la situación de los habitantes de las favelas. El objetivo es formar un grupo multidisciplinario de trabajo teórico que tenga como fin, estudiar al realidad práctica. En el artículo se hace un recorrido por La situación de las ciudades brasileiras desde la década de los sesenta, hasta ahora, notando en ellas las desigualdades principales y la difícil formación de la ciudadanía. El caso de la ciudad de Marilia, no es ajeno a la situación general del país. Allí se percibe la pobreza, las desigualdades y la cruda realidad de las favelas. El interés, es entonces, proponer nuevas políticas públicas que generen solución a los problemas que allí se presentan. La investigación tiene aspectos relacionados con la inclusión/exclusión y traza una serie de mapas sobre la situación urbana, elemento fundamental en el marco de la investigación.

SUMMARY

URBANIZATION OF THE BRAZILIAN CITIES: QUALITY OF LIFE AND ASPECTS OF VIOLENCE, THE CASE OF MARILIA.

This article unveils aspects related to quality of life in cities with high population density, mainly with regard to the favelas that congregate in these cities, using as example the case of Marilia, Brazil, a city of Sao Paulo. In addition, It is expected to carry out a pilot project that brings together professionals from various disciplines get engaged to the plight situation of the inhabitants of the favelas. The objective is to form a multidisciplinary group of theoretical work that aims to, study the practical reality. The article makes a journey through the situation of the Brazilian cities since the

Fecha de recepción: octubre 13 de 2009.

Fecha de aceptación: noviembre 16 de 2009

* Este trabalho é resultado da primeira parte de duas pesquisas realizadas em Marília, cujos títulos são: "Cidadania, pobreza e qualidade de vida em Marília" e "Geografia do Crime de Marília: diagnósticos para uma ação social.

** Doutorado em Programa de Pós Graduação Em Sociologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Sao Paulo, Brasil. Título: A sociabilidade fragmentada na metrópole contemporânea, Ano de obtenção: 1998. Orientador: Dulce Consuelo Andreato Withaker. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Mestrado em Programa de Pós Graduação Em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, Brasil. Título: Crise urbana e habitação popular em Campinas. 1870-1956., Ano de obtenção: 1991. Orientador: Sandra de Negraes Brisola. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

sixties, so far, noting major inequalities in them and the difficult formation of citizenship. The case of the city of Marília is no stranger to the general situation of the country. There is perceived poverty, inequality and the harsh reality of the favelas. The interest is then to propose new policies that create solutions to problems that arise there. The research has aspects related to inclusion / exclusion and draws a series of maps on the urban situation, a key element in the framework of the investigation.

Visando melhor compreender e discutir as soluções propostas aos problemas relacionados com a qualidade de vida das populações de baixa renda, especialmente os segmentos favelados e aquelas residentes em conjuntos habitacionais populares em Marília. Além disso, resgatar e propiciar a oportunidade de ampliar os horizontes conceituais e de exercício da cidadania.

Tem-se em vista realizar um Projeto Piloto multidisciplinar, que congregue diferentes profissionais compromissados com sub-projetos específicos, a serem desenvolvidos junto aos moradores favelados e em conjuntos habitacionais populares.

A preocupação metodológica central é constituir uma multidisciplinaridade, cujo desenvolvimento seja intentado num trabalho teórico, que tenha vínculo com a realidade possibilitando a criando e difundindo novas discussões e conhecimentos, sobre esta realidade.

O Brasil é considerado, incontestavelmente como um país permeado por contrastes, os quais, dificilmente poderiam ser atenuados, dado grau de desigualdade que eles provocam especialmente em relação às condições de convivência entre os diferentes grupos sócio-econômicos. Essas condições de convivência entre esses diferentes grupos tornaram-se particularmente adversas a partir dessas duas últimas décadas (80 e 90), especialmente nas cidades brasileiras.

E na década de 90 que observamos um Brasil com mais de 80% de sua população residindo em cidades. Essa imensa concentração da população em áreas urbanas explicitou e conseqüentemente, as desigualdades de renda, riqueza e poder acentua-

ram-se por diversas razões os contrastes da sociedade brasileira.

A experiência brasileira no que tange a concentração na distribuição de renda, confirma o quadro da pobreza no Brasil: como diz Oliveira, “a concentração na distribuição de renda no Brasil mostrava em 1960, que 50% mais pobre da população ficavam com 17,7% da riqueza nacional. Em 1981, eles ficariam com 13,4%, e em 1989 com apenas 10,4%. Enquanto isso, os 10% mais ricos, ficariam com 39,6% em 1960 e saltaram em 1981 para 46,6% e em 1989 para 53,2%. E entre esses 10% encontravam-se os 1% mais ricos ainda da população brasileira que ficaram em 1960 com 11,9%, em 1981 com 13,4% e em 1989 com 17,3% da renda nacional”¹.

O Estado brasileiro ao invés de incrementar as políticas sociais voltadas à redução dessas desigualdades, tem reduzido as verbas sociais e, conseqüentemente, colocando em risco os projetos de forte impacto social.

Dados como estes denotam a tom agudo das crescentes desigualdades da sociedade brasileira, provocando o rompimento das possibilidades da existência de laços de uma cidadania mais ampla. São os contrastes extremos de riqueza e poder, que impõem condições adversas de vida à grandes contingentes populacionais, gerando insustentáveis tensões sociais.

As cidades brasileiras constituem-se a expressão da manifestação mais concreta das desigualdades sociais, as quais exibem-se de forma extremamente clara, a verdadeira extensão das fronteiras marca-

1 Conf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Trajetória e compromissos da Geografia Brasileira. julho de 1994.

das por esses obstáculos à cidadania. De um lado, são os luxuosos condomínios construídos dentre enormes muralhas com seguranças particulares; aqui as fronteiras são espetacularmente visíveis. Por outro lado, o processo de favelização cresce cotidianamente, desvelando de forma incontrolável, as tímidas iniciativas governamentais para atenuar o seu crescimento. Para além desses extremos, outra fronteira sem muralhas, fala por si só dessa profunda desigualdade: as condições concretas de pobreza e miséria desses segmentos da população.

Esses fenômenos caracterizam-se pela sua amplitude, atingindo, indistintamente, cidades localizadas nos confins da floresta amazônica, como também as grandes metrópoles do Centro-Sul industrializado. Portanto, eles são observáveis em qualquer recanto do país, ou seja, as precárias condições do exercício da cidadania, enquanto síntese dessas desigualdades manifestam-se indistintamente, em todas cidades brasileiras.

No cenário urbano do estado de São Paulo, a cidade de Marília não se apresenta de forma diferente. A emergência de problemas, tipicamente urbanos, principalmente aqueles relacionados com a expansão da sua periferia e, como também, os da especulação urbana, que têm conseqüência a criação de uma imensa “barreira” de acesso à terra e da intensificação da sua privatização.

Coincidentemente, a emergência dos problemas urbanos, particularmente o da “favelização” tem o seu início nos primeiros anos da década de 80 (vide tabela 1), quando a economia passa a ter uma transformação significativa.

Tabela 1. Situação das favelas e pessoas faveladas em Marília

	1997	1998
número de favelas	18	19
pessoas faveladas	4.632	4.967
famílias faveladas	1.138	1.236
crianças de 0-6 anos	928	973
crianças de 7-12 anos	817	849
adolescentes de 13-18 anos	705	734

idosos	158	208
handcap	38	43

Fonte: Secretaria Municipal de Promoção Social – Prefeitura Municipal de Marília 1998

A questão da favelização, adquire inquestionável relevância, visto que, constatações desse quilate sempre são acompanhadas de “soluções e ações” duvidosas, ou ainda, de explicações apressadas e de fácil aceitação pela opinião pública, fazendo com que o Estado assuma uma falácia, traduzida em práticas governamentais de pouco “fôlego” e sem conseqüências sérias em relação ao problema.

A existência de favelas em Marília, nos sugere a presença de uma crise urbana, dado o grau de articulação e complexidade dos problemas urbanos nela existente e, para muito mais além disso, o centro desta questão está na própria constituição da cidadania.

O visível empobrecimento da cidade de Marília, evidenciado pelo surgimento de favelas e da sua periferia urbana, também, inicia um processo vai marcar toda a década dos anos 80 e ampliada nos anos 90.

A presença de favelas revela a segregação da população no processo de produção do espaço, onde milhares de pessoas passam a viver em espaços de risco, sem a mínima infra-estrutura, ou seja, a favela, na realidade, passa a ser o nó central da crise urbana, pois ela representa a expressão física do aprofundamento da desigualdade, claramente explicitada pela cidade.

Esse aprofundamento demonstra-nos que a cidade de Marília pode ser elegida dentro de um contexto de excepcionais condições, num ambiente de dados representativos, como é o incontestável número de 21 (vinte e uma) favelas e, aproximadamente, 5.500 (cinco mil e quinhentas) pessoas nelas habitando. Isso ocorrendo em uma cidade nova e em expansão, que, além de estar fora do eixo mais dinâmico da principal economia do estado de São Paulo², ela

2 O município de Marília está localizado na segunda Região

se constitui num exemplo significativo de questões cruciais relacionados com a pobreza urbana e, consequentemente, com o da cidadania.

Na cidade Marília, as favelas encontram-se localizadas em áreas públicas, sendo que o seu processo de ocupação ocorreu geralmente de forma gradual, promovida individualmente por cada interessado e avalizada pelo poder local. Ao contrário dos grandes centros, nunca houve um movimento de favelados que promovesse ocupações em larga escala; aqui é o próprio estado que, sem estabelecer uma política definida, foi instalando ou permitindo a ocupação dessas áreas públicas.

Os moradores das favelas pertencem a um segmento da classe trabalhadora não qualificada, e, invariavelmente, vivem de serviços esporádicos sem na realidade possuírem uma renda mensal fixa.

A cidade de Marília como várias outras cidades, teve seu panorama urbano e rural paulatinamente modificado, ou seja, a população que na década de 1950 era predominantemente rural, em poucas décadas, tornou-se predominantemente urbana, fazendo com que a cidade se urbanizasse sem a devida contrapartida da organização do espaço urbano, cujo resultado foi a formação de periferias e das favelas sem nenhuma infra-estrutura.

A falência do “Welfare State” revela-se em consequências drásticas às populações situadas na linha da pobreza ou miséria, onde estão expostas todas as mazelas da sociedade. Portanto, as diversas faces desse estilizado espelho da pobreza, podem revelar, através de qualquer estilhaço, a totalidade na qual ela se encerra.

A questão implícita às afirmações acima colocadas, não diz respeito somente ao papel do Estado perante a sociedade, mas há espectros sociais mais amplos, como a relação aos limites da cidadania em relação aos estreitos cenários onde se operam as realizações direcionadas para o “welfare” da população. Este é, sem dúvida, o principal teorema a ser

mais pobre do estado de São Paulo.

demonstrado a partir das suas três faces mais conhecidas: a pobreza, políticas públicas e a qualidade de vida.

“A intersecção entre pobreza, políticas públicas e qualidade de vida revelam um espaço, especificamente público, cuja materialização tem revelado, tanto para a explicação dos contornos da linha da pobreza, para o papel do Estado frente a satisfação das demandas sociais e finalmente, quanto a consolidação da mercantilização do espaço urbano cuja ‘lógica fundamental do conjunto reitera um sistema estratificado de cidadania que supõe direitos diferenciados para os autores sociais’” (Nunes, 1991, p. 31).

A simbiose desses três elementos elaboram uma síntese, cujo resultado social denuncia enormes desigualdades e processos de exclusão social, a partir de uma contradição interna a esta simbiose, a qual se inscreve tendo como ponto de partida o pressuposto da igualdade preconizada pela democracia. Entretanto, a síntese resultante é a discriminação e exclusão dos segmentos mais pauperizados da população urbana, especialmente a favelada.

“Tanto a satisfação das crescentes demandas sociais, como o acesso aos equipamentos e serviços públicos remetem diretamente à cidadania. Portanto, os meios de consumo coletivos (Preteceille, 1981, p.41) conectam as políticas públicas à materialização da qualidade de vida, sem contudo, transformá-la nisso”. (Edemir, 1994, p.39).

A fenomenologia urbana expressa cotidianamente as ações da Poder Público em relação às necessidades dos segmentos pauperizados, visto que eles são os usuários mais frequentes desses equipamentos. Desse modo, a qualidade de vida pode materializar-se cotidianamente, indissociando as relações sociais da organização urbana (serviços urbanos).

Concorda-se com Kowarick (1984) e Sposati (1988) quando afirmam que as condições de vida não decorrem somente do grau de pauperização da população, mas também da quantidade e da qualidade dos serviços públicos postos à sua disposição. Isto pode ser observado nos chamados bairros populares.

O imediatismo das ações do poder público têm corroborado para o agravamento das questões sociais, como é o caso das favelas: são aproximadamente 21 (vinte e um) núcleos de favelas e são aproximadamente 6000 (seis mil) pessoas nessas condições. Condensam-se nessas áreas, transformando-as num ponto de convergência em questões sociais mais importantes, no que diz respeito às políticas públicas e consequentemente à qualidade de vida.

A cada dia cresce o número de pessoas vivendo em condições precárias: com pouco acesso à informação e aos serviços básicos de saúde, sobrevivendo e comprimidas em barracos que chegam a abrigar mais de 5 (cinco) pessoas em um único cômodo, construídos em vielas sem saneamento básico, por vezes, debaixo de perigosas redes de eletrificação pública, crianças sem escola e abandonadas a mercê da violência das ruas e exploração do trabalho precoce. Sondagens já realizadas, em algumas dessas favelas, constataam altos índices de abandono escolar e desemprego, desqualificação profissional de jovens e adultos.

Os fenômenos, pelo visto, não estão isolados, compartilham das causas e consequências da mesma fonte geradora: uma cidadania, no mínimo, “esquizofrênica”, já que não consegue ser extensiva a todos cidadãos que, ora se mostra democrática, ora discriminadora.

A falência do “Welfare State” revela-se em consequências drásticas às populações situadas na linha da pobreza ou miséria, onde estão expostas.

O incremento de famílias vivendo em péssimas condições de vida nas favelas de Marília é o crescente, assim, este estilizado espelho da pobreza e da miséria social pode-se revelar através de qualquer um de seus estilhaços a totalidade maior na qual se insere.

A questão implícita das afirmações acima colocadas, não diz respeito somente ao papel do Estado frente às necessidades e de satisfação das crescentes demandas sociais, mas aos espectros sociais mais amplos como a relação dos limites da cidadania, nos

estreitos cenários onde se realizam as práticas governamentais e a concretização dos resultados de atendimento dessa população, com a efetiva melhoria da qualidade de vida e da garantia de uma cidadania ampla e digna.

Tomar a cidadania como eixo articulador das diversas questões decorrentes das desigualdades sociais que atingem, como um flagelo, os segmentos mais depauperados da nossa sociedade, é reconhecer a íntima imbricação das precárias condições de vida daqueles segmentos sociais. Já não é mais possível compreender ou tentar dicutir isoladamente qualquer problema social, principalmente quando o que estão em questão os limites da cidadania e, consequentemente, o da qualidade de vida.

Portanto, a qualidade de vida será analisada através destes três aspectos, sendo que será contemplada tanto a dimensão qualitativa, quanto a quantitativa. Para esta dimensão será dada uma particular atenção, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento daqueles aspectos. Para tanto, a elaboração do “**Mapa da Exclusão/Inclusão social e qualidade de Marília**”, o qual subsidiará todas os diagnósticos, como também propiciará um mapeamento de indicadores sociais da cidade de Marília, facilitando as posteriores análises qualitativas que, no futuro, subsidiarão outras propostas de ações comunitárias, especialmente em relação ao crime de Marília.

Nessa fase, a equipe responsável pelo item qualidade de vida realizou diversas atividades preparatória para a proposição da elaboração de um conjunto de instrumentos que possam subsidiar de forma qualificada e sólida as ações, programas e projetos voltados para o conhecimento, a reflexão e o cerceamento do crime de Marília. Para tanto, privilegiamos as reuniões da equipe e preparação das análises, nas áreas já mencionadas, bem como, uma série de contatos com associações de moradores, órgãos públicos e instituições foi realizada. Além disso, dois ensaios exploratórios de pesquisa empírica foram elaborados: um na favela do Jardim Bandeirantes, com apoio da Associação dos Mora-

dores do Jardim Bandeirantes, local onde a favela se localiza; a outra pesquisa foi na área da saúde, cuja aplicação de um questionário junto aos médicos e aos usuários da Unidade Básica de Saúde, da Vila Altaneira e do Programa Saúde da Família, da Vila Real, cujo resultado foi muito útil para propormos uma aplicação em todas as áreas de abrangência do sistema de saúde de Marília.

Para relatarmos os resultados dessas pesquisas empíricas é necessário tecermos algumas considerações de cunho mais reflexivo, para que possamos circunstanciar os primeiros resultados dessa primeira e significativa incursão exploratória naquelas áreas.

Considerações acerca da pobreza e do conceito de qualidade de vida

Para assegurar-se de uma mensuração da qualidade de vida é necessário ter em conta que sua conceituação passa por parâmetros fundados muito além do próprio lugar de onde e o que se quer mensurar. Assim, para a superação deste obstáculo há de se pensar e tomar como ponto de partida, a idéia de que a qualidade de vida pode ser tomada através de vários pontos: “um deles é elaborar quadros, números e índices que caracterizam uma população em termos genéricos, outro seria realizar uma descrição das diferenças entre pessoas ou grupos sociais e, uma terceira opção, atende a análise das causas profundas do fenômeno, sobretudo em uma fase de fragmentação, onde não há regulação possível...”³.

A questão que se coloca é de como elaborar uma análise da qualidade de vida que possa superar as dificuldades, no que diz respeito ao conceito que possamos utilizar sobre a qualidade de vida. O primeiro aspecto a ser considerado é aquele sobre os processos mais gerais que interferem diretamente

na qualidade de vida, como a globalização, as desigualdades sociais e as consequências negativas dessas duas questões. Em segundo, a identificação e análise qualitativa das políticas públicas, em seus três níveis, voltadas para os segmentos populacionais mais depauperados, cujo resultado na maioria das vezes apontam para alternativas adequadas ou eficazes nos seus objetivos. Por último, consideramos que as iniciativas “comunitárias” e aquelas provenientes do que se denomina atualmente de “responsabilidade social da iniciativa privada”, podem compor um conjunto de práticas ou ações, as quais podem resultar em experiências conseqüentes e que resultem em políticas públicas.

Apresenta-se, então, a necessidade de se agregar os referidos aspectos, construindo-se uma ferramenta. Esta ferramenta será o mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Marília que utilizará como referência metodológica o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, coordenado pela Professora Dra. Aldaíza Sposati. Uma vez que o referido trabalho firmou-se como referência metodológica para se desenhar a exclusão/inclusão social de forma territorializada já em Piracicaba, Santo André e 30 municípios da região de Piracicaba, e que “...permite considerar o mapa como um metodologia de análise de dados que os requalificam enquanto nova representação geo-social da realidade...” (SPOSATI,2000,p:7).

Para a elaboração do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, estaremos explicitando os índices intra-urbanos deste processo, bem como observando a “discrepância territorial da qualidade de vida” (SPOSATI,2000,p:7). A importância desse trabalho é justificada pelo fato do Brasil ser um país com extremas desigualdades sociais, mesmo na sua região mais rica, Sudeste. Essas desigualdades foram observadas por Oliveira:

a concentração na distribuição de renda no Brasil mostrava em 1960, que 50% mais pobre da população ficavam com 17,7% da riqueza nacional. Em 1981, eles ficaram com 13,4%, e em 1989 com apenas 10,4%. Enquanto isso, os 10% mais ricos, ficaram com 39,6% em 1960 e saltaram em 1981 para

46,6% e em 1989 para 53,2%. E entre esses 10% encontravam-se os 1% mais ricos ainda da população brasileira que ficaram em 1960 com 11,9%, em 1981 com 13,4% e em 1989 com 17,3% da renda nacional⁴.

Estes dados denotam como a agudização das crescentes desigualdades da sociedade brasileira tem provocado o rompimento das possibilidades da existência de laços de uma cidadania mais ampla. São os contrastes extremos de riqueza e poder que impõem condições adversas de vida à grandes contingentes populacionais, gerando insustentáveis tensões sociais⁵.

Esses fenômenos caracterizam-se pela sua amplitude, atingindo, indistintamente, cidades localizadas nos confins da floresta amazônica, como também as grandes metrópoles do Centro-Sul industrializado. Portanto, eles são observáveis em qualquer recanto do país, ou seja, as precárias condições do exercício da cidadania enquanto síntese dessas desigualdades, manifestando-se, indistintamente, em todas as cidades brasileiras.

Dessa forma, utilizar o trabalho de Sposati como referência para a construção de um mapa da exclusão/inclusão da cidade de Marília, significa que desenvolveremos ferramentas em concordância com as perspectivas dos quatro pólos - Qualidade de Vida, Autonomia, Desenvolvimento Humano e Equidade -, possibilitando uma ampla reflexão sobre a cidade e que auxilie na construção de políticas públicas coerentes. Este trabalho concebe a “Exclusão social” como a

“...impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência, da recusa, do abandono e da

expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população...” (SPOSATI,1996,p:13).

Com tal conceito, tem-se a possibilidade de refletir a variedade das formas de exclusão social. Portanto, os mesmos elementos que nortearam o trabalho de Sposati servirão de embasamento para o trabalho presente, a exemplo dos “... quatro grandes campos nucleadores dos processos de exclusão social e suas formas de expressão: autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade.”(Idem,p:13), já descritos anteriormente.

A construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, na cidade de Marília, apresentar-se-á como um instrumento de inegável importância a todas as instâncias do Poder Público e a toda comunidade, como um banco de dados passível de constante atualização, tornando-se uma ferramenta dinâmica para o pensar e o agir de forma particularizada em uma dada realidade, no caso, a cidade de Marília.

Torna-se necessário explicitar outro aspecto de significativa importância na construção do Mapa da Exclusão/Inclusão da cidade de Marília, o qual se caracteriza pela sua relação intrínseca com a problemática da criminalidade e da qualidade de vida. É através desta área temática que o projeto “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Marília” dará subsídio ao projeto FAPESP intitulado “A Geografia do Crime em Marília – S.P.: diagnósticos para uma ação comunitária”, nos aspectos de análise das relações entre qualidade de vida e violência urbana. Como constatamos, o crime é um fenômeno social e é desse modo que o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Marília servirá como um instrumento de informação social que auxiliará as análises qualitativas, direcionadas para a elaboração de políticas públicas e de ações comunitárias com base em ferramentas de sólida visão social territorializada nos diversos setores da cidade de Marília.

ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS

A qualidade de vida, quando remetida a um universo mais amplo, como o da exclusão social, coloca-a em uma dimensão diferente daquela circunstância dada pela pobreza, como nos indica Sposati:

3 SANTOS, Milton. Globalización y territorio: de la compartimentación e la fragmentación. In VELÁZQUEZ, Guillermo A. Y GARCÍA, Maria Celia. Calidad de Vida Urbana. Aportes para su estudio en Latinoamérica. Tandil, Argentina. Grafikart, 1999. Pg13-19.

4 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Trajetória e compromissos da Geografia Brasileira. julho de 1994.

5 Onde o “...grau de disparidade entre ricos e pobres, brancos e não-brancos, homem e mulher, moradores do campo e da cidade, indivíduos de alta e de baixa escolaridade é provavelmente maior que em qualquer outro lugar” (SINGER,2000,p:84). Contudo temos que ter em mente que é “...incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída no tecido social. A exclusão social deve ser encarada como uma questão de grau...” (SINGER,2000,p:63).

“...não se confunde exclusão e pobreza, embora a pobreza seja uma forma de exclusão. Os pobres tornam-se mais pobres porque são excluídos dos meios através dos quais suas condições poderiam melhorar, e os ricos mais ricos porque consolidam suas bases de poder.” (SPOSATI, 2000, p:8)

É importante observarmos que é a apreensão do conjunto de precariedades das condições de vida o fato que recoloca a exclusão como fenômeno social coletivo. Pois, o que interessa não é definir uma linha de fronteira entre os efetivamente despossuídos, que sofrem privação absoluta, e aqueles, igualmente pobres, mas inseridos em contextos sociais de trabalho e acesso a uma mínima cesta de bens e serviços necessários a uma vida condigna.

Desse ponto de vista teórico, apontado por Sposati, superamos o forte conteúdo ideologizado nas realidades concretas, mesmo quando o teor das constatações apresenta um quadro fenomenológico extremamente grave. Esse conteúdo ideológico transparece de forma explícita quando há insistência, pelas políticas públicas, em conceber aquelas realidades como patologia passível de “tratamento e cura”. Assim tratada torna-se desprovida de historicidade e plena de autonomia. O conceito de exclusão social elaborado por Sposati, permite superar problemas conceituais, que envolvem a discussão sobre a pobreza, assim localizada:

...introduzir a noção de precariedade de condições de vida, entendida como um rompimento de equilíbrio social, significa associar, na constituição dos processos de pobreza, uma dimensão mais dinâmica (...). A precariedade, enquanto perda de controle sobre a organização material, resulta de uma teia complexa de fatores econômicos, culturais e psicológicos que podem ter origem em mecanismos mais gerais ou estritamente familiares e individuais (CAMEGNO, p.31, op. cit.).

Desse modo, a ampliação do conceito de pobreza através da incorporação da noção de precariedade de condições de vida, toma uma perspectiva seriamente equivocada e ideologizada, por duas razões:

- em primeiro lugar, porque não se pode entender o conjunto das precariedades de condições de vida

a partir da idéia de que ela é fruto de um “rompimento do equilíbrio social” e, muito menos, como “perda do controle sobre a organização material” e,

- em segundo, introduz-se a dimensão ideológica de que a pobreza é fruto de um processo geral ou individualizado de desequilíbrio social e perda de controle da vida organizada, portanto passível de ser eliminada ou, no mínimo, ser objeto de políticas e práticas sociais que recondicionem a “ordem” e o “equilíbrio”.

Esses conceitos de pobreza apresentam-se assim simplificados pela idéia de anomalia ou do fracasso. A simplificação está no fato da sua “pasteurização”, de um lado, através do exagero do peso das estatísticas e das causas psicológicas, de outro, pela ineficiência do Estado.

“De um lado a pobreza é vista como variável dependente de um projeto de crescimento econômico capaz de absorver os que foram, até então, dele excluídos - nesse caso, ela desaparece sob a crença liberal nas virtudes redentoras do mercado. De outro, nas suas consequências mais dramáticas, vista como patologia. Na sua referência à multidão dos miseráveis, é vista como carência que clama pela ação tutelar e assistencial do Estado para minorar a desgraça dos despossuídos. Nesse caso, cria-se a figura do necessitado, numa lógica perversa em que os direitos se transformam em ajuda, a participação em tutela estatal, a justiça em caridade e a condição de pobreza em estigma que diferencia o pobre de todos outros, os trabalhadores, que estão supostamente capacitados para garantir sua sobrevivência com os frutos de seu trabalho. Entre a figura tutelada do necessitado e a figura modelar do trabalhador produtivo, a pobreza se transfigura em questão de segurança pública, por conta de uma dramatização da criminalidade que recria, a cada momento, a imagem ameaçadora das classes perigosas.” (Teles, 1990, p.37).

A imensa quantidade de excluídos concentra-se de forma cada vez mais explícita nas cidades brasileiras. As favelas e os cortiços são as manifestações mais extremas dessa exclusão. A estas camadas ca-

bem as piores condições de vida dentro do espaço urbano, segmentos estes mais pauperizados, extremamente desiguais e segregados.

Nesse contexto social, o Estado, como um imenso absorvedouro, promove de forma continuada “soluções” políticas e sociais, enquanto instituição fora do lugar, pois, diante da diminuição do espaço público, onde os privilégios se desvanecem e as classes sociais promovam a igualdade, o Estado tem se apresentado como instância legítima e única, para resolver todas as contendas e contradições sociais. O resultado disso é o papel contraditório que o Estado desenvolve frente aos insolúveis dilemas sociais.

Reafirmam-se as condições de subalternidade dos excluídos, via presença de um Estado centralizador, onde a correlação de forças sociais inserem-se no cipoal de contradições catalisadoras de políticas sociais seletivas e fortalecedoras dos processos perversos das desigualdades, tendo como uma das consequências o aprofundamento da pobreza, abertamente colocada pela face da exclusão.

Aplicação experimental do geoprocessamento de dados sociais

Foi realizada uma pesquisa piloto na Favela do Jardim Bandeirantes, a qual apresentamos apenas alguns dados parciais como: renda familiar mensal em salários mínimos; espaços públicos de lazer existentes no bairro e serviços públicos.

Podemos observar diante do quadro abaixo que os moradores da favela do Jd. Bandeirantes pertencem a um segmento da classe trabalhadora não qualificada. Vivem de remuneração muito baixa, denotando uma remuneração advinda de serviços esporádicos e vivendo de ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Quando apresentamos esses dados parciais é por conta que, nenhum outro aspecto da experiência brasileira tem alimentado tanto, o debate como a relação entre o rápido crescimento econômico, a distribuição de renda e os indicadores de qualidade de vida. Aqui queremos colocar a questão da des-

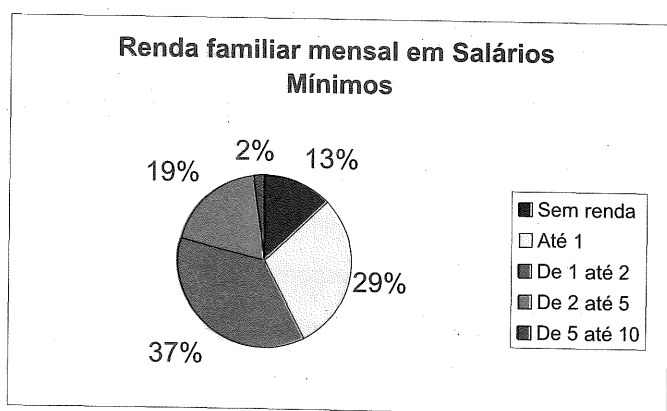
igualdade, uma vez que a distribuição da renda é o resultado de processos estruturais.

É nessas condições de evolução da pobreza e da desigualdade que se encontra a população que vive na Favela do Jardim Bandeirantes, mesmo que possuam um mínimo de infra-estrutura como água, energia elétrica e asfalto, as condições de precariedade são visíveis e, sendo assim, essa parcela da população encontra-se excluída e fazendo parte do mapa da miséria do Brasil e particularmente da cidade de Marília.

Acreditamos que a pobreza, precariedade, desigualdade, miséria no Brasil, particularmente em Marília, não estão associados à escassez de recursos e sim a necessidade de definir uma estratégia de políticas públicas que priorizem a redução dessas desigualdades.

Nessa pesquisa piloto foi possível identificar, através do contato com os moradores que não há uma presença do poder público, seja através de políticas sociais, seja através de equipamentos de uso coletivo. Essa população vive, segundo as informações prestadas, de apoio da própria comunidade local e de instituições civis.

QUADRO 1 – Renda mensal em salários mínimos



Fonte: Pesquisa piloto – Favela do Jardim Bandeirantes – março/2001

Quando apresentamos esses dados parciais verificamos que, nenhum outro aspecto da experiência

brasileira tem alimentado tanto, o debate como a relação entre o rápido crescimento econômico, a distribuição de renda e os indicadores de qualidade de vida. Aqui queremos colocar a questão da desigualdade, uma vez que a distribuição da renda é o resultado de processos estruturais.

É nessas condições de evolução da pobreza e da desigualdade que se encontra a população que vive na Favela do Jardim Bandeirantes, mesmo que possuam um mínimo de infra-estrutura como água, energia elétrica e asfalto, as condições de precariedade são visíveis e, sendo assim, essa parcela da população encontra-se excluída e fazendo parte do mapa da miséria do Brasil e particularmente da cidade de Marília.

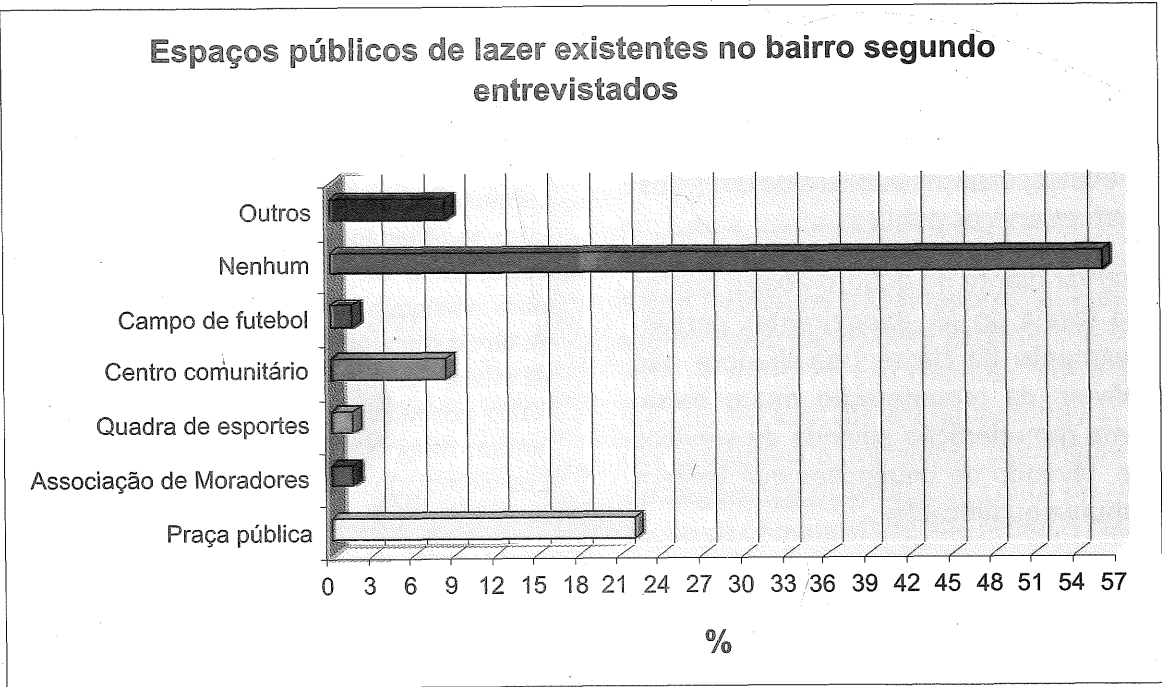
Acreditamos que a pobreza, precariedade, desigualdade, miséria no Brasil, particularmente em Marília, não estão associados à escassez de recursos e sim a necessidade de definir uma estratégia de políticas

públicas que priorizem a redução dessas desigualdades.

Nessas áreas de favela, no município de Marília, há uma ausência visivelmente percebida, a pesquisa, na favela do Jardim Bandeirantes, evidencia este fato. Há uma completa falta, não só de equipamentos coletivos, mas da presença de serviços públicos. Pois, toda a estrutura e serviços públicos utilizados, pertencem a um bairro vizinho.

Quando entrevistados, perguntados sobre a existências de espaços públicos, no bairro, foram coincidentes na respostas de que nenhum equipamento lá existiam. No Quadro 2, abaixo fica evidente a inexistência de bens comuns públicos. Isto confirma a precariedade das condições de vida dessa população, deixando claro que as consequências das desigualdades sociais não dizem respeito apenas as condições individuais ou familiares de sobrevivência, mas também, àquelas que são compromisso do poder público.

QUADRO 2 – Existência de espaços públicos de lazer no Jardim Bandeirantes



Fonte: Pesquisa piloto – Favela do Jardim Bandeirantes – março/2001

A qualidade de vida e as áreas de maior ocorrência de crimes em Marília

Existem, em princípio, dois enfoques básicos para abordar o tema das diferenças nos níveis de qualidade de vida que interessa a este projeto: o sociológico e o geográfico. Do ponto de vista sociológico, é possível adentrar nas questões sobre as diferenças e desigualdades dos diversos grupos sociais, a partir das relações estabelecidas e, conseqüentemente, da cultura por eles elaborada. Geograficamente, é possível apreender, de forma gráfica, as diferenças entre os lugares, particularmente quando pensamos as condições de vida no meio urbano.

A integração entre estas duas perspectivas permite uma análise da qualidade e das condições de vida, muito mais aguda, todavia, não elimina os inúmeros problemas que estão no inteiro do conceito de qualidade de vida. Pode-se dizer que este é um conceito vulnerável espacialmente e temporalmente, ou seja, sua determinação sempre estará sujeita às limitações dos indicadores. Hoje, ao pensar os níveis de qualidade de vida, vários investigadores estão afirmando que é impossível separa-los de uma discussão sobre a sustentabilidade: “preservar el capital natural... (se) requiere: que la utilización de nuestros recursos materiales, hídricos y energéticos renovables no supere la capacidad de los sistemas naturales para reponerlos; que la velocidad a la que consumimos recursos no renovables no supere el ritmo de sustentación de los recursos renovables duraderos: y que el ritmo de emisión de contaminantes no supere la capacidad del aire, del agua y del suelo de absorberlos y procesarlos. E pode coincidir que “los niveles de consumo de recursos em los países industrializados no puede ser alcanzados por la totalidad de la población mundial, y mucho menos por las generaciones futuras, sin destruir el capital natural” (Carta de Aalborg, 1994)⁶.

6 Apud. GARCIA, Maria Célia. (1999). “Sustentabilidad urbana, calidad de vida y uso de recursos. Una reflexión en torno a las ciudades intermedias Latinoamericanas”. VELÁSQUEZ, Guillermo A. Y GARCIA, Maria C. *Calidad de Vida Urbana. Aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil, Grafikart.

Para todos os efeitos de um possível questionamento, utilizaremos aqui o seguinte conceito de qualidade de vida: “... a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente...”SPOSATI, 1996:71). Assim, o desenvolvimento humano para que possa ser “...a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seus potenciais com menor grau possível de privação e sofrimento e da possibilidade da sociedade usufruir coletivamente do mais alto grau da capacidade humana.” (Ibidem, p.89).

Isto só pode ser alcançado por qualquer sociedade, se tomarmos em consideração a idéia de equidade, a partir do que nos sugere Sposati: “...o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles, nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem.” (ver p.105).

As colocações acima são necessárias para marcar alguns pressupostos conceituais da qualidade de vida, tendo em vista a fragilidade do conceito. Portanto, a idéia de equidade social, particularmente no que diz respeito ao acesso aos bens públicos, como básica para reconhecemos as desigualdades sociais.

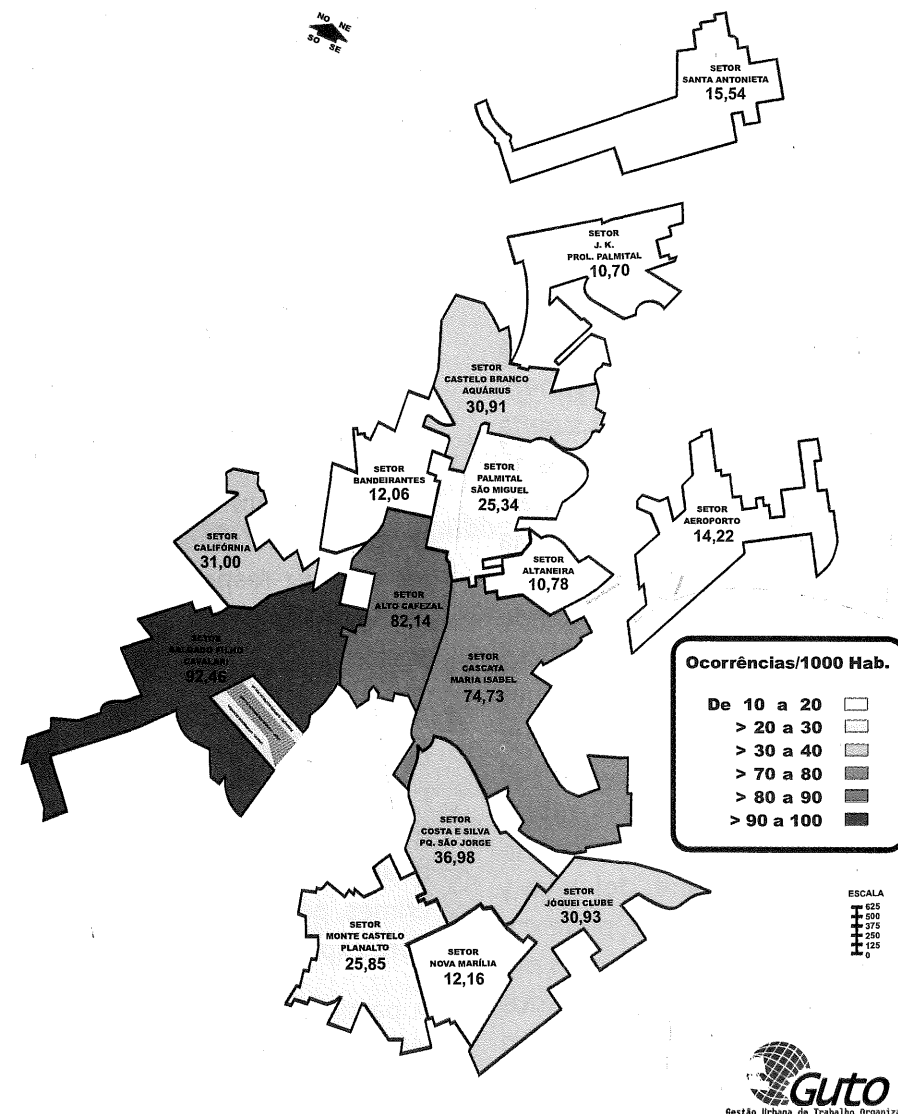
As diferenças entre os lugares, mesmo quando as consideremos no interior de uma cidade como Marília, é necessário ter em conta a reflexão acima exposta. Desse modo, a análise da relação entre qualidade de vida e as áreas de maior ocorrência de crimes, pode fornecer alguns subsídios importantes para explicarmos estas ocorrências.

A partir da pesquisa de vitimização foram confeccionados nove mapas de ocorrências de crimes, em Marília, que são os seguintes: furtos e roubos/veículos; vítimas de crimes contra a pessoa; vítimas de crimes contra o patrimônio; indiciados por crimes contra a pessoa; indiciados por crimes contra o patrimônio; criminalidade geral; crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio e entorpecentes, uso e tráfico. Portanto, é com alguns destes mapas que serão relacionados os itens sobre

de qualidade de vida que constam na pesquisa de vitimização⁷, especialmente dos setores de bairros onde foram observadas as maiores ocorrências de crimes.

Qualidade de vida e o Mapa da Criminalidade Geral: os três setores com maiores ocorrências/1000 habitantes, são: Cascata e Maria Isabel, com 74,73; Alto Cafezal, com 82,14 e o setor Salgado Filho e Cavalari, com 92,46.

MARÍLIA 2000 CRIMINALIDADE GERAL



7 Observa-se que está previsto, para a segunda fase do projeto "A geografia do crime de Marília: diagnósticos para uma ação social comunitária", a elaboração dos "Mapas da Inclusão/Exclusão de Marília/2001-02", com os quais poder-se-á elaborar análises mais completas sobre a relação entre crime e qualidade de vida.

O setor dos bairros Cascata e Maria Isabel, constituem um setor que teve sua origem no bairro Cascata, em 1933, portanto, por ser de ocupação antiga e pela proximidade com a área central da cidade, privilegiou, particularmente, o Cascata, no que se refere a equipamentos e serviços públicos.

Este setor tem, como já foi observado, um nível de serviços públicos adequado, bem como uma população de renda média para alta, este fato implica em uma menor pressão de demanda por serviços e equipamentos públicos. Além disso, sua população é preponderantemente composta por pessoas adultas, acima de 15 anos, cujo percentual populacional do setor corresponde a 81,7 %.

Os bairros mais afastados desse núcleo central – Cascata e Maria Isabel –, ainda usufruem desses serviços públicos ali existentes. Em que pese a predominância de segmentos sociais de renda relativamente alta, quando comparados com outros setores. Pois, este setor é constituído por profissionais de nível médio, técnico e superior, principalmente por profissionais liberais (Carta Sanitária, 1998).

Atualmente, o setor Cascata/Maria Isabel possui uma população de 14 mil habitantes, aproximadamente, com uma taxa anual de crescimento de 1,0 %⁸.

O setor do bairro Alto Cafezal é um bairro central e o mais antigo da cidade. É neste bairro que a cidade, praticamente, nasceu. A extensão deste setor é considerável, mas sua localização é central, sendo que o uso dos equipamentos e serviços públicos é feito nos poucos centrais e naqueles de fácil acesso, a partir do centro.

O Alto Cafezal é um bairro com 13.056 habitantes, aproximadamente. Segundo as estimativas do Projeto UNI, o bairro está perdendo população, pois em 1998 estava com 13.474 habitantes.

Este setor caracteriza-se por incorporar pequenas áreas, no seu interior, consideradas "degradadas", ou seja, aquelas onde é praticada a prostituição.

8 Dados estimados para o ano 2000, fornecidos pela

Esta área da cidade tem uma história permeada por aventuras, crimes, prostituição. Pouco dessa história permanece no bairro. Em virtude disso, seu desenvolvimento não se deu como em outras áreas. Pois, a sua localização central e a persistência em suas características socioeconômicas não permitiram que o setor evoluísse para uma situação mais satisfatória de qualidade de vida.

Este setor, constituído por bairros centrais, perdeu a dinâmica de sua força com o surgimento de novos bairros que ofereceram vantagens de localização, de locomoção, de ocupação que superaram aquelas existentes naqueles antigos bairros. De forma geral, as regiões centrais passam por processos de desvalorização, no seu todo ou em parte, seguindo a lógica do capital imobiliário. O resultado disso tem dupla direção: uma é que em algumas áreas a degradação (prédios sem manutenção, abandono, ausência de investimentos públicos, etc.) e a outra, a especulação imobiliária criam áreas reservadas para investimentos futuros, geralmente para a verticalização.

A característica do setor do Alto Cafezal é comum nas cidades que passam por um crescimento, expandindo as suas zonas periféricas. Esse crescimento é invariavelmente realizado em detrimento de uma zona central ou parte dela, como é o caso do Alto Cafezal: lá está a maioria dos cortiços. O resultado é o empobrecimento da zona central, acarretando sérias conseqüências no que se refere à qualidade de vida.

O setor Salgado Filho/Cavalari é o setor que aparece com o maior índice de ocorrências de criminalidade, dentre todas os setores existentes.

Este setor é o mais diversificado em seu nível sócio-econômico, educacional e de renda. Ele apresenta bairros com alta renda, como é o caso do próprio Salgado Filho e bairros de baixa renda, como a maioria dos outros bairros, com suas favelas e habitações autoconstruídas.

Também em diversificado o tipo de equipamentos e serviços públicos neste setor. A ocupação dessa

região pode explicar a distribuição desses equipamentos e dos serviços, pois, a área anterior ao cemitério e próxima a Vila Jardim e Salgado Filho, são áreas de ocupação mais antiga e distintas economicamente, contudo, são áreas que foram paulatinamente supridas em suas demandas sociais.

As áreas próximas do Cavalari são de ocupação mais recente, com inúmeros problemas urbanísticos, os quais refletem diretamente na qualidade de vida. São muitas as áreas vazias, com infraestrutura implantada, provocando um desperdício de utilização dessa infraestrutura. Existem bairros com boa qualidade de urbanização, com construções novas, especialmente aquelas destinadas aos estudantes universitários.

Os contrastes estão sempre presentes neste setor, inclusive no que se refere a presença dos moradores em suas residências. Nas áreas contíguas ao Jardim Cavalari e nele próprio, a população, em sua maior parte se ausenta durante o dia, caracterizando um bairro tipicamente "dormitório".

As características que este setor apresenta, denota uma região em crescimento demográfico e de urbanização. É um setor que apresenta características especiais, pois, além de apresentar áreas de ocupação e de urbanização consolidada, também apresenta áreas onde tudo é novo, o que vai requerer, num futuro próximo, investimentos públicos em todas as áreas.

Qualidade de vida e o Mapa do crime contra a pessoa e o Mapa do crime contra o patrimônio

Coincidentemente, as ocorrências de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa são maiores nos mesmos setores que possuem as maiores ocorrências de criminalidade, com exceção do bairro Jockey Clube, localizado no setor de mesmo nome. O Jockey Clube é um setor predominantemente popular, seus trabalhadores moram em conjuntos habitacionais e em casas construídas em processo de "autoconstrução", ou seja, construídas pelos próprios trabalhadores, em suas horas de folga.

A qualidade de vida nesses setores de maior oco-

rrência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio pode, em termos mais gerais, estarem articulados na medida em que pensamos no papel fundamental das políticas públicas, enquanto possibilidade de promover a equidade, reduzindo as diversas fontes da desigualdade social.

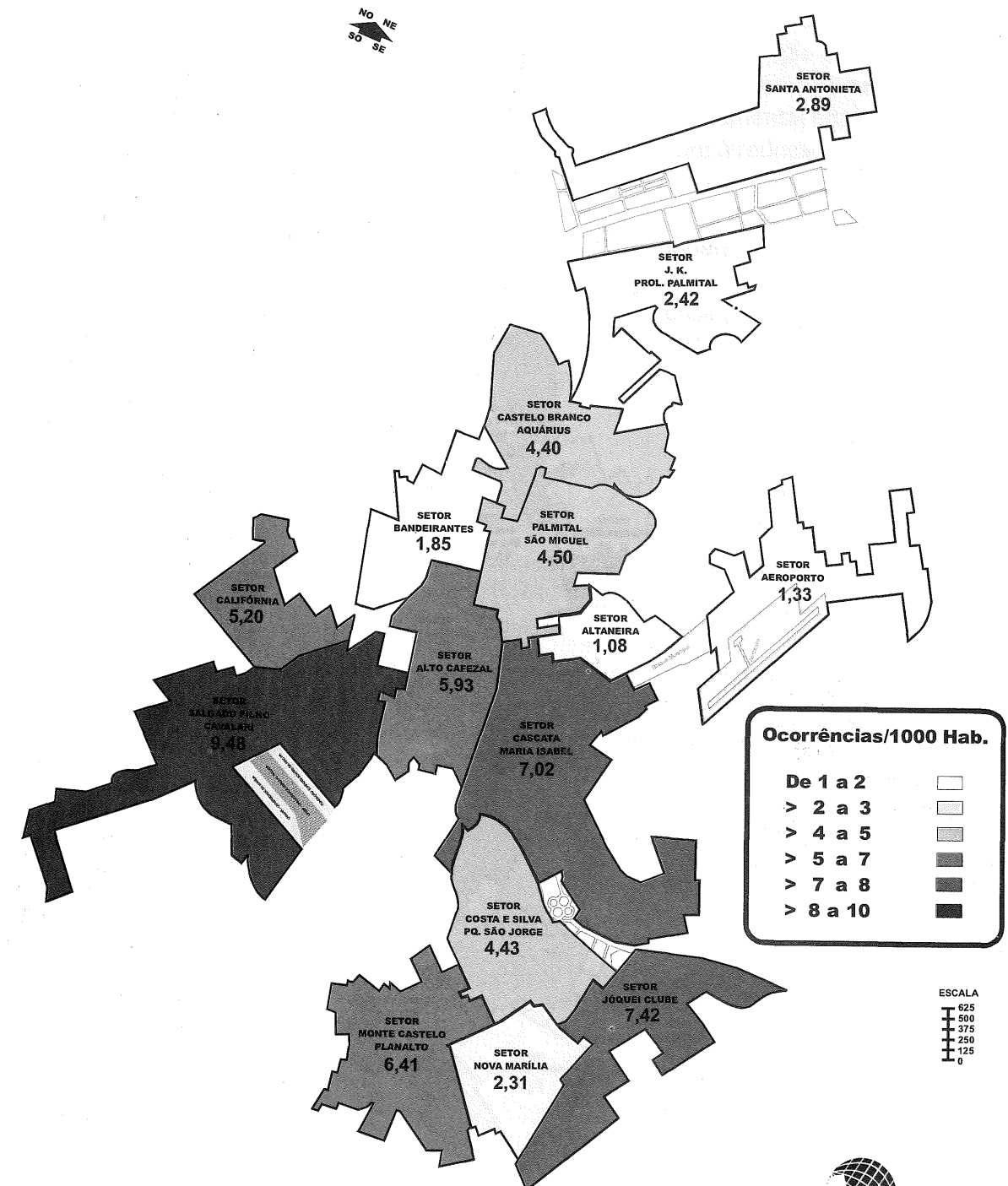
Os investimentos em políticas sociais, pelo poder público, isoladamente não conseguirão grandes êxitos, torna-se necessário ampliar o debate sobre as questões públicas, ou seja, é necessário criar e estimular novos espaços públicos, onde o cidadão exporá o seu interesse comunitário. Além disso, uma cidade como Marília não pode prescindir de um Plano Diretor Urbano, aliado às possibilidades oferecidas pelo "Estatuto da cidade".

Ao aliarmos a qualidade de vida às questões públicas, bairros como o Jockey Clube terão resolvido grande parte dos seus problemas e elevando o nível de qualidade de vida, bem como, debatendo suas necessidades de modo amplo, evitando as soluções pontuais ou de curto alcance. O que está sugerido nesta argumentação é a necessidade de também direcionarmos o enfoque sobre o crime para as políticas públicas.

Ao adotarmos o debate sobre as políticas públicas, no conjunto de intervenções para a redução da criminalidade, incluirá a necessidade de ampliar as ações do Estado no que tange às políticas sociais. Todavia, isto não implica em associar a pobreza e ao crime, pois, "desigualdade e pobreza sempre caracterizaram a sociedade brasileira e é difícil argumentar que apenas elas explicam o recente aumento da criminalidade violenta. Na verdade, se a desigualdade é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim porque reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça"⁹⁹.

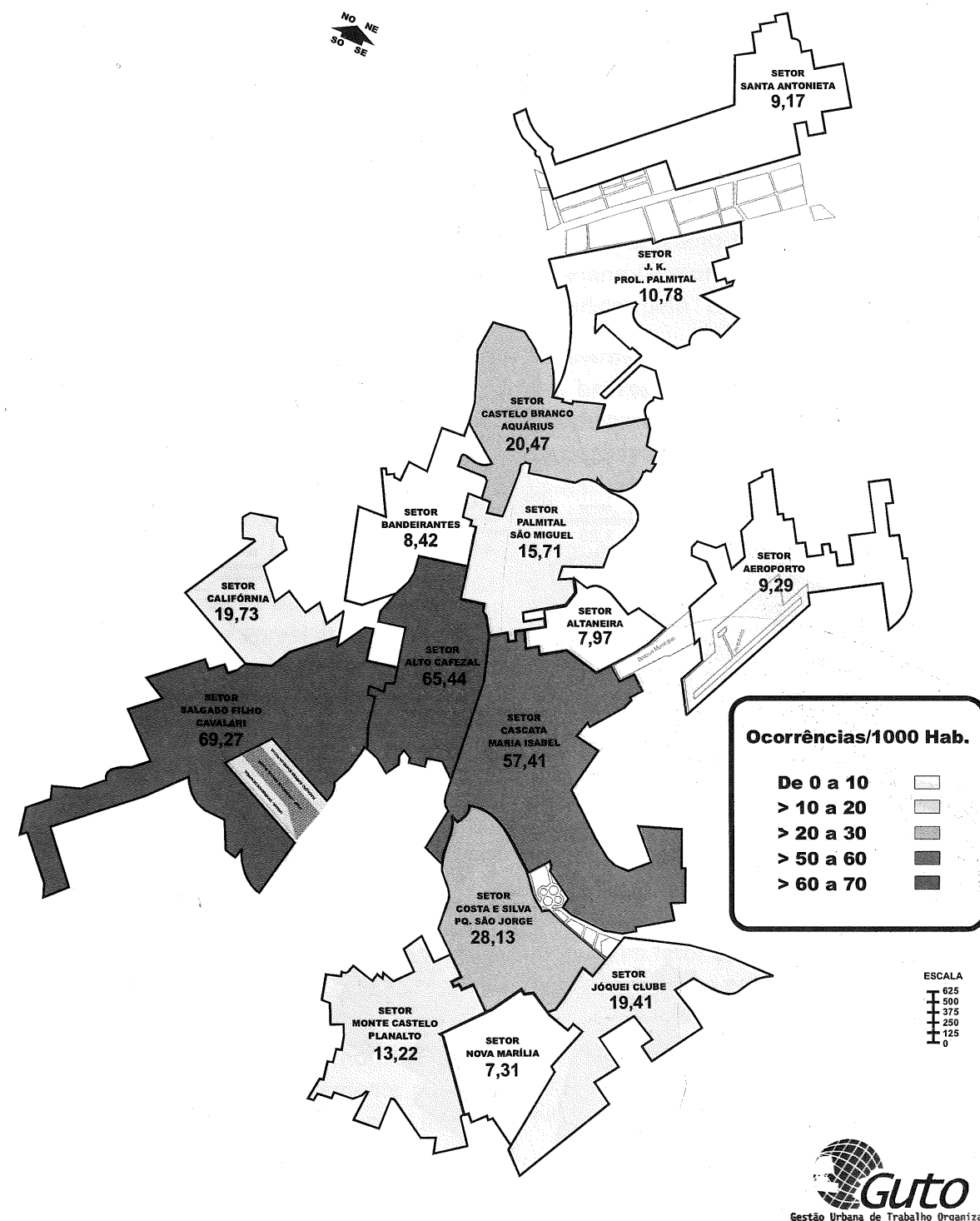
9 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, editora 34/Edusp. P.134

MARÍLIA 2000 CRIMES CONTRA A PESSOA



MARÍLIA 2000

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO



Quando observamos os mapas crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio e relacionamos com os dos indiciados por crime contra a pessoa e indiciados por crime contra o patrimônio, verificamos que há uma correlação forte entre os dois primeiros e entre os dois últimos. Seguramente, uma explicação de cunho mais abrangente, pode ser encontrada através da elaboração de um mapa da Inclusão/Exclusão de Marília, pois, a partir dele teremos incorporado algumas sugestões acima, ou seja, de como o poder público tem elaborado políticas públicas que concebem e incorporam ao espaço físico a desigualdade social e, conseqüentemente, interferem na vida pública.

Isso pode ser exemplificado através da pesquisa sobre vitimização, a qual sugere de que a população de Marília, de modo geral, faz uso intensivo dos

equipamentos e serviços públicos existentes. Isto implica ter como hipótese de que esta população depende da forte presença do Estado, em seus três níveis, na definição dos espaços públicos e nos níveis de qualidade de vida.

Pois bem, se a qualidade de vida é um dos fatores importantes na redução dos índices de criminalidade, então a presença do Estado passa se constituir um elo de fundamental importância no conjunto de ações possíveis à redução da criminalidade em Marília. O que está sugerido nas pesquisas realizadas e os pressupostos aqui levantados é de que a intervenção do poder público pode transformar a concepção de espaço público, fazendo com que a qualidade de vida e, a conseqüente diminuição da criminalidade passa pela ação direta do Estado, especialmente no que diz respeito às políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, editora 34/Edusp. P.134

GARCÍA, María Célia. (1999). "Sustentabilidad urbana, calidad de vida y uso de recursos. Una reflexión en torno a las ciudades intermedias Latinoamericanas". VELÁSQUEZ, Guillermo A. Y GARCIA, Maria C. *Calidad de Vida Urbana. Aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil, Grafikart.

VELÁSQUEZ, Guillermo A. Y GARCÍA, María C. *Calidad de Vida Urbana. Aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil, Grafikart.

SPOSATI, Aldaíza. 1996. *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ.